

ESCREVIVÊNCIA DE ESCRITORAS NEGRAS NA FLUP 2020- CAROLINAS EM MOVIMENTO

Elisângela Soares Pereira¹

Resumo: Trata-se do livro Carolinas-a nova geração de escritoras negras brasileiras, resultado da inscrição de 485 mulheres para processo formativo promovido pela Festa Literária das Periferias (FLUP) ocorrida em 2020, e que culminou na produção do livro escrito por 180 escritoras negras. A inscrição estética destas mulheres inspiradas em Carolina Maria de Jesus e que ressignificam o nome da escritora para um patamar conceitual nos permite perceber o potencial da obra de Carolina de se expandir porque “circula entre os valores de semente, de vida, sobrevida e suplemento” (DERRIDA, 2002). A escrita de si ou escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo (1994), torna-se mote e motor literário e o livro coletivo atua como rota de fuga (DELEUZE; GUATARRI, 1996) da invisibilidade e despersonalização do racismo e contribui para circular os acervos e promover o letramento da (re)existência e da resistência das novas escritoras negras. O ponto de partida, meio é analisar alguns contos publicados na mencionada obra pela vertente da escrita feminina negra marcada pela autorrepresentação, autoficções, escritas de si a fim de articular autoras com Carolina. Grada Kilomba define a escrita “como ato político de descolonização, de tornar-se autora e autoridade da própria história” (KILOMBA, 2019, p. 28). A reivindicação do direito à palavra literária está atrelada nas Carolinas ao direito de tornar-se escritora e sujeito de sua história, se entendida na acepção de bell hooks (2019). Sob os signos do racismo, da desigualdade, da perversa divisão social e espacial, das dificuldades (i)materiais, as Carolinas desafiam

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: rseidel@uneb.br.

sua condição subalterna e escrevem. Assim, o eixo teórico da pesquisa contempla o pensamento feminista negro, debates feministas interseccionais e a perspectiva decolonial.

Palavras-Chave: Carolinas. Escrita feminina negra. Escrivência.

INTRODUÇÃO

Em 2020, a celebração do marco dos 60 anos da obra *Quarto de despejo, diário de uma favelada* foi marcada por vários eventos, tais como 9ª edição da Flup-Festival Literário das Periferias que teve como tema *Uma revolução chamada Carolina*; Exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para brasileiros* organizado pela Instituto Moreira Salles com curadoria de Hélio Menezes e Raquel Barreto com colaboração da doutora em Letras Fernanda Miranda na pesquisa literária nos manuscritos inéditos da escritora. Este evento inicialmente marcado para 2020 foi adiado em razão da pandemia e por isso, ocorreu em 25/9/2021 a 3/4/2022; reedição do livro *Quarto de despejo* pela editora Ática; Projeto de lançamento das obras de Carolina Maria de Jesus pela Companhia das Letras, com exceção do *Quarto de despejo* e *Diário de Bitita*. Conceição Evaristo e Vera Eunice são as coordenadoras do conselho editorial criado pela Companhia das Letras para supervisionar as novas edições, composto majoritariamente por pesquisadoras negras como elas e Carolina-soma-se ao time Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernandez. Segundo a editora “Retomar o controle sobre sua obra, publicando os textos na íntegra, com fidelidade à grafia dos manuscritos originais e às escolhas da autora, é parte essencial do projeto” (blog da Companhia das letras).

Vale ressaltar, que a reapresentação dos livros em edição integral e a publicação dos inéditos por uma editora grande como

a Companhia das Letras revela não só o reconhecimento da polivalência artística de Carolina Maria de Jesus, mas, de uma lógica capitalista que percebe no fluxo de datas e eventos celebrativos e na existência de um acervo ainda inexplorado o possível retorno financeiro da empreitada, uma vez que a publicação dos manuscritos são profícuos para estudos acadêmicos pela proposta em ser fiel aos originais, portanto, sem interdições que comprometem análise de uma obra.

Há de se considerar também que a demanda pela literatura negra seja por conta da Lei 10.639/2003 — conquista histórica dos movimentos negros-que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio assim como a implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades incentivou pesquisa e contribuiu para o mercado editorial incluir escritores/as negros/as. Nessa perspectiva, o surgimento e consolidação de editoras independentes com foco em autoria negra revelou o fortalecimento de público específico e de certa forma tem influenciado grandes editoras.

Sobre o acervo de Carolina Maria de Jesus, destaca-se o trabalho do pesquisador Sérgio Barcelos, idealizador do projeto *Vida por escrito*, que em 2013 e 2014 fez levantamentos arquivísticos para mapeamento do acervo da escritora a fim de organizar um inventário de arquivo ou catálogo seletivo com descrição e localização do material que serviria como um instrumento de pesquisa altamente necessário para a difusão e ampliação das pesquisas relacionadas ao conjunto da obra de Carolina que envolve outras manifestações literárias além do gênero diário, a saber, romances, contos, histórias curtas, poemas e máximas. Seguindo esse propósito, seriam incluídos sua biografia, bibliografia comentada, artigos críticos, arquivo foto biográfico disponibilizados por meio de um site contendo esses arquivos digitais-como apresenta no site *Vida por escrito*

O crescente interesse dos estudos literários por arquivos e construções de memória também se associa ao contexto das novas tecnologias, já que estas, ao mesmo tempo em que facilitam o resgate, o armazenamento e o acesso aos dados compilados, criam novos nexos com outros objetos de interesses afins.

O ano do centenário de Carolina Maria de Jesus também foi tema em vários eventos como o *VI Colóquio Mulheres em Letras*, organizado pelo grupo de pesquisa *Letras de Minas* em abril de 2014 homenageou Carolina e reuniu mestrandos e doutorandos dedicados à sua obra. Neste mesmo ano como uma das ações do projeto *Vida por escrito*, um ciclo de debates foi realizado nos dias 26 e 27 de novembro, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ com título *Em torno de Carolina Maria de Jesus — Para além dos diários*. Assim, percebe-se que o esforço em recuperar, preservar e promover a obra de Carolina de Jesus não é prerrogativa única da Companhia das Letras, afinal eventos/projeto como os mencionados acima são predecessores nos estudos e divulgação da obra de Carolina. Contudo, as condições materiais da editora permitem o escopo de uma tarefa abrangente que requer tempo em organizar os manuscritos e investimento para publicação, o que possibilitará o contato físico com acervo e viabilizará mais pesquisas.

Meu conhecimento destes projetos ocorreu por causa dos estudos sobre Carolina após ter assistido a FLUP 2020 — o que revela que um evento presente ou recente pode fazer com que tenhamos uma imersão em outros acontecimentos e debates. Os eventos culturais e literários em torno de Carolina Maria de Jesus e a possibilidade de acompanhar a programação da Flup que correspondia aos meses de maio a novembro de 2020 (sobre Carolina maio a agosto, e Lélia Gonzalez de setembro a novembro) contribuiu para amenizar os efeitos do isolamento social e suscitou interesse, inicialmente, em ler a obra *Carolinas — a nova geração*

de escritoras negras brasileiras e por meio dela conhecer o potencial das construções discursivas, as travessias e atravessamentos da linguagem, do sentido da escrita de Carolina reverberado em outras mulheres negras. A partir do interesse leitor outro emergiu mais desafiador e instigante-buscar lentes investigativas e o aparato acadêmico para perscrutar a literatura de uma nova geração de escritoras que desponta das margens e por meio de suas histórias autobiográficas ou ficcionais se inscrevem como escritoras.

Por mais que o trabalho concentre o foco de interesse nas narrações do livro *Carolinas*, refletir sobre a escrita de uma nova geração de escritoras implica em rever o evento literário e *revisitar Quarto de despejo*, afinal, a Flup 2020, a escritora Carolina Maria de Jesus e a obra *Carolinas* formam três grandes eixos que se entrecruzam e se concatenam não só em razão da escolha da autora/obra pela Flup, mas, sobretudo, pela abordagens suscitadas pela força da palavra e pela força de Carolina Maria de Jesus que se mantém atual e aponta interlocuções mesmo que haja descontinuidade de lugares e tempos.

Por essa razão, minha pesquisa tem um capítulo para cada um destes eixos.

CAROLINA MARIA DE JESUS E AS CAROLINAS

No que diz respeito a Carolina, o livro *Quarto de despejo* é revisitado na perspectiva da escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo (1994, 2020), no qual o cotidiano da mulher negra como sujeito de enunciação se apresenta empenhada por uma necessidade de falar por si e pelos seus, de se mostrar resistente à opressão. Como podemos perceber no livro, a consciência crítica de Carolina às distintas formas de colonialidade, torna possível lê-la a partir das questões de gênero, raça e classe,

numa perspectiva feminista decolonial de resistência em Carolina e posteriormente nas Carolinas de 2020. Para ter um referencial teórico congruente com o que pretendo discutir, recorro ao pensamento feminista negro das estadunidenses Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019, 2020), Angela Davis (2016), Toni Morrison (2019), as intelectuais brasileiras Lélia Gozalez (2020), Suely Carneiro (2011), Beatriz Nascimento (2019) associado as teorizações dos estudos relacionados ao pensamento feminista decolonial e sobre o Mulherismo africana.

Evaristo (2020) destaca que a escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida.

Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. Por isso, repito uma pergunta reflexiva, que me impus um dia ao pensar a minha escrevivência e de outras. Indago sobre o ato audacioso de mulheres que rompem domínios impostos, notadamente as mulheres negras, e se enveredam pelo caminho da escrita: “O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e, quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita”? Tento responder. Talvez essas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo” (CONCEIÇÃO, 2020, p. 35).

Tratar sobre a escrita de Carolina envolve falar sobre direito de escrever, o desejo de publicar seus textos e conseqüentemente ser reconhecida como escritora. Nessa perspectiva, as relações culturais que se apresentam delineadas pelo conceito de experiência e as relações materiais que permeiam a produção literária de escritoras negras desperta questões como

epistemicídio demonstrada no processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais dos sujeitos negros. Se hoje percebemos vários eventos que enaltecem a obra de autores negros em contrapartida também vemos discursos até nestes mesmos eventos que denotam a tentativa de menosprezar ou reduzir a obra.

No caso de Carolina, sua fortuna crítica inicia-se anos antes da publicação dos seus escritos — Sob o signo da desigualdade, a escritora é construída em dois anos que antecedem o lançamento do livro *Quarto de despejo* com a divulgação paulatina de trechos do diário nos jornais. Deste modo, chegam antes do livro elementos de luta e as categorizações — mulher negra, mãe solo, migrante, favelada, com poucos anos de escolaridade. Neste sentido, as matérias publicadas sobre Carolina na época do lançamento do livro tratam da escolaridade e do conhecimento sobre a miséria, o foco no caráter testemunhal é redutor de um aspecto da primeira obra publicada e são mencionados para deslegitimar a escrita de Carolina do status literário, a colonialidade do saber, assim, manifesto, inclusive não só em matérias publicadas na época. Mas, vez ou outra ressurge como no evento em homenagem a Carolina na academia carioca de letras em 2017, um dos membros professor Ivan Cavalcanti Proença, primeiro palestrante, finalizou sua fala “só tem uma coisa, isso não é literatura”. Essa afrontosa declaração é a repetição de uma declaração publicada numa matéria de 1960 na revista manchete, edição 0439, intitulada *A escritora já trocou a favela pelo asfalto*. Nela o crítico paulista Fernando Góis expôs seu preconceito ao dizer que “a escrita de uma semianalfabeta não é literatura, embora válido como documento”. Essa fala confirma o elitismo, excludente que tenta impingir o estigma de inferioridade e se apresenta como mais um tentáculo da colonialidade do poder.

A expectativa de Carolina sobre a matéria que seria publicada sobre ela está expressa no questionamento registrado no

dia 10 de junho de 1958 no diário “O que será que eles escreveram a meu respeito? [...] li ‘Retrato da favela no Diário da Carolina” (JESUS, 2014, p. 171). Essa preocupação com sua imagem veiculada nos jornais — a recepção crítica de sua obra — denota certa preocupação com sua imagem intelectual. Intitulei um dos capítulos o contundente questionamento de Carolina com propósito de fazer levantamento crítico sobre a crítica. Início com os jornais no período de pré-lançamento, lançamento e republicação da obra quando Carolina estava viva. Depois, trato do tempo/ano dos primeiros estudos acadêmicos sobre Carolina, nisto destaca-se o trabalho de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine *Cinderela negra a saga de Carolina Maria de Jesus*, 1ª edição em 1994, e a 2ª edição em 2015, as biografias feitas por Joel Rufino (2009) e Tom Farias (2018). Inclui estudos acadêmicos de professoras universitárias por reconhecer o peso da crítica universitária e o papel destas em ampliar lastro da crítica e promover debates no espaço acadêmico. Assim, destacam-se Luciana Paiva Coronel — (Prof. UFRG) — *O sequestro do hibridismo em obras da literatura de periferia: “o negro não tem direito a pronunciar o clássico?”*, *A escrita descentrada de Carolina Maria de Jesus*; Regina Dalcastagné *Vozes e sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea, Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira*; Germana Henriques Pereira de Sousa (Tese, Brasília, 2004) *Carolina Maria de Jesus: O estranho diário da escritora vira-lata*, artigos sobre tradução e linguagem compósita de Carolina Maria de Jesus; Raffaella Fernandez (Unicamp, 2015) Tese: *Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus*; Elzira Divina Perpétua (Tese 2000-MG) *Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo* e alguns artigos publicados no livro *Memorialismo e resistência-estudos sobre Carolina Maria de Jesus* (2016).

FLUP 2020

O tópico seguinte trata da Festa Literária das Periferias-Flup. O contexto pandêmico em 2020 e a necessidade de práticas de distanciamento social para impedir aglomerações fez com que a organização da Flup criasse estratégias para adaptar sua programação que era essencialmente presencial, por isso, as ações ocorreram em plataformas digitais de forma on-line, ampliando o campo de ação e alcance da Flup nessa edição. Assim sendo, tive a oportunidade de conhecer e acompanhar o evento, a proposta da reescrita do livro *Quarto de despejo* por uma nova geração de autoras, o que despertou o interesse em pesquisar sobre esse objeto literário.

A flup acontece em territórios tradicionalmente excluídos dos programas literários, na cidade do Rio de Janeiro como Morro dos Prazeres, Vigário Geral, Mangueira, Babilônia, Mangueira e Vidigal, até ocupar espaços ao centro da cidade como foi a edição de 2018 na Biblioteca Parque Estadual e a de 2019 no Museu de Arte do Rio de Janeiro.

Há 11 anos, a festa literária agrega ações educacionais, formativas e celebrativas voltadas a fortalecer e estimular a produção cultural das periferias, consolidando-se como espaço alternativo para oportunizar obras e autores (as) da população negra e das comunidades cariocas. Desde 2014, a Flup realiza o Prêmio Carolina de Jesus, para reconhecer pessoas cujas vidas foram alteradas pela literatura ou que contribuíram para a mudança da vida de outras por meio dela.

A edição de 2020, foi iniciada em maio com o ciclo *Uma revolução chamada Carolina*, a partir de uma série de debates on-line concluídos em agosto, quando *Quarto de despejo* completa 60 anos de lançamento. A estreia contou com a participação da escritora Conceição Evaristo, da professora e filha de Carolina

Maria de Jesus, Vera Eunice de Jesus, e da jornalista Flávia Oliveira, alcançando mais de 20 mil visualizações nas mídias sociais da Flup até julho.

Nas reportagens acerca do evento divulgou-se a publicação de um novo livro em celebração aos 60 anos que revisitaria ou “atualizaria” *Quarto de despejo*. Tal obra é fruto de um processo formativo. As inscrições tiveram uma adesão de 485 mulheres negras de todos os estados, sendo 40% das inscrições com nível superior e 38% com mestrado ou doutorado. Além da seleção de 180 mulheres das inscritas, foi incluído um grupo com 30 mulheres catadoras de material reciclável da região do ABC paulista, que possuem um forte vínculo hoje com a história passada de vida de Carolina.

Fez parte do ciclo, oficinas de escrita criativa para mulheres negras de todo o país, paralelamente aos debates (painéis on-line). Conforme a escritora Conceição Evaristo aponta numa entrevista ao jornal opção em 24 de janeiro de 2021 “Carolina Maria de Jesus cria uma tradição literária na medida em que outras mulheres também oriundas de classes populares passam a escrever sob influência se não estética de conteúdo”.

A programação com ênfase em Carolina compreendeu os meses de maio a agosto, já os meses de setembro a novembro tiveram como foco Lélia Gonzalez. Sobre os painéis on-line, segue a programação e breve descrição das abordagens.

MAIO

1 — Painel on-line: A revolução Carolina

Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus / Mediação: Flávia Oliveira

Carolina como narradora para o país e para as demais mulheres negras dissecado por sua filha e Conceição Evaristo.

2 — Painel on-line: Ninguém vai falar por mim

Luiz Pilar e Elissandro de Aquino / Mediação: Sabrina Fidalgo

Estratégias que dramaturgos e roteiristas utilizaram para apresentar Carolina, que sempre quis ela mesma escrever sobre si e não gostava que a interpretassem nos palcos.

3 — Painel on-line: As caras de Carolina

Zezé Motta, Cyda Moreno e Andréia Ribeiro / Mediação: Sol Miranda

Atrizes que interpretaram Carolina falam da construção dessa personagem a um só tempo tão distante e tão próxima de suas próprias trajetórias.

JUNHO

4 — Painel Casa Carioca: Quilombo de afetos

Tainá de Paula e Joice Berth. Mediação: Gisele de Paula

A moradia popular é um tema recorrente nos livros de Carolina, presente inclusive nos seus títulos mais importantes.

5 — Painel on-line: Filhas das filhas das filhas

Ana Paula Lisboa, Preta Rara e Silvana Bahia / Mediação: Naïma Zefifene

Mulheres negras que, como Carolina, interromperam o círculo vicioso em que uma empregada doméstica é condenada a criar novas empregadas domésticas.

6 — Painel on-line: Reciclando livros

Otávio Cesar Jr. e Tião Santos / Mediação: Andreia Coutinho

Dois intelectuais negros descubrem o livro no lixo, como Carolina Maria de Jesus.

7 — Painei on-line: O Brasil precisa ser dirigido por quem passou fome

Benedita da Silva, Erica Malunguinho e Renata Souza /
Mediação: Dani Balbi

Mulheres negras discutem a política a partir de quem conhece os reais problemas da população.

8 — Painei Casa Carioca: Carolina: da palavra aos museus

Hélio Menezes e Raquel Barreto / Mediação: Marcelo Campos

O movimento negro recuperou obra de Carolina Maria de Jesus e a transformou num ícone de resistência e resiliência.

JULHO

9 — Painei on-line: Carolina, a escritora do Brasil

Tom Farias e Fernanda Miranda / Mediação: Luciane Nunes

Carolina como narradora para o país e para as demais mulheres negras dissecado por seu biógrafo e uma de suas principais estudiosas.

10 — Painei on-line: Carolina vai à universidade

Cristiane Sobral e Mirian Santos / Mediação: Mônica Sacramento

Geração de mulheres negras que foram para a universidade resgatam obra de Carolina, obrigando inclusive a intelectualidade branca a incluí-la no cânone.

11 — Painei on-line: Quando crescer, quero ser Carolina Maria de Jesus

Juliana Berlim, Luana Tolentino e Sirlene Barbosa /
Mediação: Raíza Barros

Projetos de formação de leitores em ambientes populares que usam livros de Carolina para elevar autoestima de crianças e adolescentes negras.

12 — Painel on-line: Não existiria feminismo sem nós

Cyda Baú e Maria Aparecida da Silva / Mediação: Vitória Régia da Silva

AGOSTO

13 — Painel on-line: A solidão da mulher negra

Fernanda Felisberto e Jurema Werneck / Mediação: Flávia Oliveira

As feridas do colonialismo produzem cicatrizes muito delicadas. Ao serem tocadas, reativam uma memória afetiva marcada de experiências negativas. Mesmo num ambiente de empoderamento, há uma nova solidão.

14 — Painel on-line: O que uma mulher negra pode aprender com Lélia Gonzalez depois de ler Carolina Maria de Jesus?

Ana Maria Gonçalves e Eliana Alves Cruz / Mediação: Rossi Alves

O impacto da leitura dos livros de Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez, as duas autoras homenageadas da Flup 2020.

Os painéis foram ricos debates alinhando tema e palestrantes com mediação ativa, no fim de cada painel foi apresentado o vídeo de uma carta que fez parte do processo seletivo para produção do livro.

Os (as) formadores(as) das oficinas de produção textual são professores universitários e/ou escritores como Ana Paula Lisboa, Cristiane Costa — Jornalista, escritora, doutora em Comunicação e Cultura e professora da UFRJ; Eduardo Coelho — professor do departamento de Letras da UFRJ, Alexandre Faria — escritor e

professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a escritora Eliana Alves Cruz, Fred Coelho, o escritor Itamar Vieira Junior e Milena Britto, doutora em Literatura e Cultura e professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura e da Graduação em Letras no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Sobre Ana Paula Lisboa, vale ressaltar que sua história caminha ao lado de sua formação acadêmica e literária. Sua incursão se dá na Flup como participante e hoje compõe time de formadores, mediadores. Nasceu no Rio de Janeiro e, atualmente, divide a moradia entre o Complexo da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e Luanda, onde dirige a produtora cultural Aláfia. Formanda em Letras e escritora desde os 14 anos, publicou contos e poesias em coletâneas nacionais e internacionais como a *“Estrelas Vagabundas”*, *“26 novos autores da Flup”*, *“Eu me chamo Rio”* e na *“Je suis Favela”*. Em 2014, recebeu o 1º Prêmio Carolina de Jesus, dado a pessoas que tiveram suas vidas mudadas pela Literatura. Em 2016, passou a escrever para a revista feminista *AzMina* e para o Segundo Caderno do jornal *O Globo*.

Ao lado de escritoras que estavam publicando pela primeira vez havia escritoras já com experiência da escrita como Lara de Paula nasceu em Minas Gerais, no ano de 1995. Arqueóloga nas horas vagas, poeta em tempo integral. Também é Doutoranda em Antropologia, com habilitação em arqueologia, na Universidade Federal de Minas Gerais. Integra o coletivo de mulheres negras artistas Cajila Laboratório *“Busco caminhos de cura ancestral a partir da arqueopoesia”* e Dalva Maria Soares, graduada em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia pela UFMG e doutora em Antropologia Social pela UFSC. É pesquisadora das culturas populares, mais especificamente do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, popularmente conhecido como Congado, com ênfase na trajetória de mulheres. Nos últimos anos, tem mediado conversas com mulheres quilombolas do Vale do Mucuri e ministrado oficinas sobre a obra de Carolina Maria de Jesus. Em 2018, participou

juntamente com outras 19 mulheres da coletânea *Raízes: escritoras negras, resistência histórica*, da Editora Venas Abiertas (editora popular e periférica que tem como foco publicar autoras(es) à margem do mercado editorial). Livros publicados: *Do menino; Para diminuir a febre do sentir*. A análise do percurso e trajetória destas três mulheres parceiras no desejo de escrita e com formação e percurso distintos anunciam a Flup como forma para promover encontros literários e engendrar novas condições de produção e compartilhamento de saberes.

Neste sentido, no cenário complexo a Flup inaugurou por meio da tônica da coletividade e na multiplicidade de mulheres negras tanto pela formação escolar quanto pela experiência da escrita (algumas publicando pela primeira vez, outras com livros publicados e/ou experiências em eventos literários) um livro que já está inserido no mercado editorial com sucesso.

O lançamento do livro Carolinas ocorreu em abril de 2021 em três *lives* nas seguintes datas 21/04/2021, 24/04/2021 e 27/04/2021 com duração 1:37:11, 1:54:21 e 1:54:49, respectivamente. A divulgação da obra nos três momentos distintos contou com participação dos orientadores, autoras compartilhando as experiências e os conhecimentos vivenciados ao longo do processo de escrita do livro.

Para Patricia Collins (2019), há cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza integrada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual.

A autora considera como contribuição intelectual ao feminismo não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias

como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos direitos civis, cantoras e compositoras de música popular.

Percebe-se tanto na programação da Flup quanto na constituição da equipe de formadoras, participantes dos painéis a contemplação destes aspectos ao promover debates e a troca de experiências. Os textos do livro também revelam as características do pensamento feminista negro ora por participação em atividades de militância ora pela vivência se não pessoal, mas de pessoas próximas que travaram/travam lutas por conta do racismo e de outras violências impostas aos sujeitos negros.

SOBRE CAROLINAS

Com Carolina, a cidade é rasurada, trazendo para o visível não só o território da favela, mas a sua presença como sujeito de enunciação que se atualiza. Sua escrita não só alcançou territórios geográficos no Brasil e no mundo, mas, sobretudo, encontrou em outros contextos culturais diaspóricos e periféricos a identificação das condições de opressão social. Assim sendo, os dizeres entrelaçados reverberaram na alma da imigrante antilhana Françoise Ega que antes de se tornar escritora e uma importante ativista social em defesa dos imigrantes caribenhos na França, trabalhou como faxineira e costureira. Inspirada pelo texto sobre Carolina e seu livro *Quarto de despejo* pela revista *Paris Match* escreveu em 1962-1964 um conjunto de cartas à autora brasileira nunca enviadas. O livro *Cartas a uma negra*, publicado postumamente em 1978 (dois anos após sua morte) e publicada pela primeira vez no Brasil pela editora Todavia em 2021 é o primeiro livro que traz a interlocução literária de uma mulher negra a Carolina. O imbricamento de níveis espaço-temporais distintos e relações rizomáticas entre texto e mundo, permite perceber a

vitalidade da obra de Carolina e o impacto em outros territórios nos quais foi traduzido seu livro. A publicação tardia de autores negros estrangeiros no Brasil evidencia que a tradução e consequente publicação de autores negros caminha a passos lentos para efetiva inclusão. Ega, Grada Killomba e intelectuais feministas estadunidenses são exemplos.

Falar sobre a literatura de autoria feminina negra permeia tratar sobre o racismo que marca a história do Brasil e relações de poder e se manifestam nos obstáculos que as autoras negras têm em escrever, publicar e circular seus textos. Sobre o racismo, Carlos Moore (2007) discorre que foi estrategicamente trivializado à esfera das relações interpessoais e reduzido aos preconceitos naturalizados enquanto se gestou nos meios acadêmicos nos séculos XVII ao século XX as noções raciais, os posicionamentos teóricos científicos capazes de promover a banalização e trivialização do racismo (MOORE, 2007, p. 28-29).

Assim, as instituições de saber estiveram a serviço de uma ideologia e propagaram o mito da democracia racial com intuito de deslegitimar as lutas reivindicatórias da população negra, banalizando as desigualdades sociorraciais. Moore discute o impacto do racismo sobre sociedade racializada, destacando que na denominada América “Latina” a economia pré-moderna, pré-capitalista e pré-industrial se distingue de outros países em razão de ter se constituído na pressão de um modelo anterior a Modernidade.

Moore acrescenta que nas sociedades multirraciais a existência do racismo está atrelada a permanência da gestão dos recursos e consequentemente, dos privilégios organizado pelo e para determinado fenótipo. Sobre isso, ele declara

o racismo beneficia e privilegia os interesses exclusivos da raça dominante, prejudicando somente os interesses da raça subalternizada. O racista usufrui privilégios e

vantagens concretas, como o produto do exercício de um poder total, enquanto o alvo do racismo experimenta exatamente a situação contrária (MOORE, 2007, p. 285).

Essa perspectiva de Moore corrobora o que assinalou, inicialmente na sua obra, a respeito da redução do racismo às questões interpessoais, o que poderia, se assim o fosse, ser entendido como uma questão moral e de resolução aparentemente “fácil” de ser combatida. Ao afirmar que o racismo fundamenta e sustenta as relações de poder, Moore dá a dimensão que “o racista se beneficia do racismo em todos os sentidos: econômica, política, militar, social e psicologicamente” (MOORE, p. 285) e isso implica que os “usufrutuários sistema racializado e fenotipocêntrico têm privilégios, se beneficiam materialmente, em todos os sentidos” (MOORE, 2007, p. 286), o que evidenciará que os sistemas de dominação se valerão de mecanismos de controle e consensualidade para garantir seus privilégios, como apontou Michel Foucault citado por Moore (MOORE, 2007, p. 290). Em concordância com o sociólogo Octávio Ianni, Moore o cita para destacar que o racismo tem se expandido e se insere na dinâmica socioeconômica do século XXI de forma modificada conforme os jogos das forças sociais, “compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação” (IANNI *apud* MOORE, 2007, p. 288).

Consoante, Florentina Souza sinaliza que a literatura na vida cultural se prestou à função de instituir hierarquias e serviu como ferramenta de dominação, como “elemento importante para a configuração identitária de setores das elites”. Sobre século XIX escreve

Para compor seus discursos de comunidade imaginada, políticos e intelectuais elegeram o que/quem realçar e o que/quem esmaecer, ou mesmo esquecer, nas performances discursivas que encenaram (SOUZA, p. 1).

A elite escravocrata e excludente sabia do potencial da linguagem tanto em propiciar autoinscrição quanto para arremeter uma coletividade, daí proibição imposta aos negros, africanos ou afrodescendentes de não escrever, publicar ou mesmo falar de si ou de seu grupo, contudo, Florentina apresenta a contribuição das pesquisas contemporâneas sobre sociedades negras e irmandades “em que negros atuavam como sujeitos nas pequenas brechas que podiam descobrir no regime escravista [...] a fim de participar das decisões e dos debates sobre a vida política nacional” (SOUZA, p. 2).

Sobre a escolha do termo para designar a literatura de escritoras/es negras/os Cuti, Florentina Souza, Ana Rita Santiago trazem os sentidos e as razões que perpassam a escolha de cada um por meio da perspectiva histórica, política e não essencialista. Não me deterei sobre esse amplo debate. Mas, apoiada em Cuti, empregarei a palavra “negro” positivada, pelo influxo do Movimento Negro, afinal,

Não há identidade negra possível sem o combate progressivo ao racismo. A ideia de “cultura” isenta de vida e, portanto, de conflito, só reforça a hipocrisia instaurada como norma. Não há identidade brasileira sem identidades negra, índia e mestiças livres dos padrões hegemônicos brancos (CUTI, p. 11).

Numa entrevista realizada em 2016 e publicada na Revista Linguagem em foco do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, a qual teve como foco discutir a linguagem na naturalização e na manutenção do racismo e dos discursos sobre raça e gênero, Nilma Lino Gomes (2016) alinha-se com Moore ao expor que

O racismo brasileiro é um fenômeno complexo que se alimenta do nosso passado escravista, da não integração da população negra na sociedade de classes e das poucas

políticas públicas de promoção da igualdade racial. Mas ele também se reinventa e estamos no século XXI. Vivemos, hoje, uma situação mais dramática do racismo que é a maneira como ele se incrustou na nossa estrutura social, nas relações de poder, nas relações econômicas e de gênero, de forma tão arraigada que passou a ser naturalizado. Assim, quando algo se naturaliza, ele passa a não ser visualizado e nem nomeado pela maioria. Por isso, o Movimento Negro e de Mulheres Negras são tão importantes, pois eles tornam visível a violência racista, denunciam-na e exigem da sociedade e do Estado políticas públicas para a superação dessa situação (GOMES, 2016, p. 2).

Ao discorrer sobre os efeitos do discurso da democracia racial, incluindo as micro práticas raciais, Gomes evidencia que a narrativa da suposta harmonia entre as raças, “encobre a violência colonial e o racismo na vida e na trajetória das pessoas negras no Brasil, desde a invasão do continente africano e o chamado tráfico negreiro” (GOMES, 2016, p. 3). Nesse aspecto, de forma perversa o mito da democracia racial acaba culpabilizando os próprios negros e negras pela sua situação de exploração e racismo, neutralizando a luta antirracista. Alinhada com o assinalado por Moore a respeito da abrangência dos privilégios de um grupo hegemônico, Gomes assinala que para superar o racismo é necessária uma ação política, cultural, educacional, jurídica e econômica.

Nessa perspectiva, Grada Killomba ao analisar o percurso da história colonial de Portugal e da Alemanha destacará que o percurso de consciencialização coletiva passa pelas etapas negação — culpa — vergonha — reconhecimento — reparação — percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento (KILOMBA, 2019, p. 11). Neste sentido, afirma

“Uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a

responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?” (KILOMBA, 2019, p. 13).

Grada também reflete sobre o impacto do colonialismo, os traumas e a necessidade de descolonizar o pensamento. Define o ato da escrita como um ato de tornar-se, afirmação respaldada por Fanon (2020) e bell hooks (2019, 2020). Neste sentido, ser narradora e escritora da própria realidade, autora e autoridade da própria história é, sobretudo, um ato de descolonização por ser a oposição absoluta do que o projeto colonial predetermined.

É possível identificar na trajetória de Carolina os obstáculos decorrentes do gênero, raça e classe e perceber na sua (re)existência a resistência e resiliência. Sua vida e obras impactam outras mulheres que também buscam a passagem de objeto a sujeito e reivindicam ethos de autoras.

Destaca-se em Carolina a necessidade de ler e escrever tão vital quanto necessidade fisiológica de comer. A fome de escrita reiteradamente é exposta nas suas obras e o desejo de se firmar como escritora não se restringia unicamente ao desejo de sair da favela. A escrita cotidiana mesmo após o extenuante trabalho, nos sonos rompidos, entre silêncios e barulhos, intercalando relatos e inscrições estéticas é a demonstração de sua ânsia pela palavra escrita. Escrever, observa Ariès (1998) citado por Margarete Rago (2013), “é inscrever-se, é fazer existir publicamente”, o que no caso das mulheres assume uma grande importância, já que o anonimato caracterizou a condição feminina até algumas décadas atrás. Grada Kilomba define a escrita “como ato político de descolonização, de tornar-se autora e autoridade da própria história” (KILOMBA, 2019, p. 12).

Assim, Carolina expõe o que Audre Lorde afirma sobre a escrita como prática renovada de si para consigo e também para o outro. Essa autoinscrição no mundo tem sua vibração na recepção de quem lê. Por isso, percebemos a construção de laços identitários forjados no pacto de leitura, onde se ativa uma linhagem de pertencimento em profunda alteridade entre a autora e suas leitoras e uma consciência autoral e um transparente norte de recepção assentada e revigorada em posição social e literária, dinamizada nas temáticas e resultando em frutífera irradiação de vozes negras, femininas, subalternizadas. Carolina possui uma força mobilizadora por incitar a processar dores e autorreflexões. Karine Tavares, uma das Carolinas que escreve no livro *Carolinas a nova geração de escritoras negras*, declara

caminhamos buscando espaços nos lugares onde nunca fomos vistas, e ser vista ainda é desafio nas estantes onde só brancos são lidos [...] o seu nome e sobrenome submergem e reagem continuamente. Muitas outras, a partir de você, se reconheceram como escritor-personagem. De uma história que nos atravessa, porque todas seguimos com fome: de direito, de casa, de escuta, de igualdade, de comida, de justiça. Nós também nos agarramos às palavras ditas, escritas, estudadas, pra seguir existindo apesar de. Apesar dos barracos inundados, do trabalho mal remunerado, dos corpos julgados e dos livros menosprezados. Nós seguimos nos vendo em você” (CAROLINAS, 2021, p. 248-249).

Este é um dos legados de Carolina e revela o potencial da obra de Carolina de se expandir porque “circula entre os valores de semente, de vida, sobrevivida e suplemento” (DERRIDA, 2002). A perspectiva de torna-se sujeito de sua história, na acepção de bell hooks é presente nas narrativas das Carolinas. Primeiramente, estabeleceram o desafio dialógico do encontro simbólico da escritora com a leitora/autora por meio da interlocução da carta, apresentando uma marca subjetiva e escrita entremeadada por

traços identitários, rompendo o isolamento feminino na vivência da dor, acentuando dimensão testemunhal mesmo em textos que ficcionalizam relatos em primeira pessoa, apontando, assim, denúncias e redesenhando trajetórias pessoais como da garota negra de 14 anos que se descobre estilista ao conhecer Carolina quando esta encomendava roupas para sua avó costureira e ter escolhido um dos vestidos desenhados da adolescente para usar num evento literário o que configurou representatividade e ressalta escrita autobiográfica de Carolina que com sua performance escrita transgride o quarto de despejo e “invade” a sala de visitas, possibilitando que sua voz seja ouvida e não mais silenciada e possibilita diálogos culturais, provoca ecos, ressonâncias e reverberações na nova geração de escritoras negras.

Falar da própria subjetividade, fazê-la emergir na escrita aponta, portanto, para uma dimensão política de luta pelo direito de existir em sua singularidade. Nesse sentido, essa “escrita de si” pode ser interpretada como um trabalho militante, convidando a refletir sobre os limites da própria existência, sobre as formas da dominação vividas por cada mulher no cotidiano da vida social e sobre o poder masculino das instituições que nos afeta incessantemente (RAGO, 2013, p. 190).

A Conquista identitária em relatos emancipatórios em alguns textos que conta experiências traumáticas ou refletem sobre a tomada de consciência, aceitação pessoal direcionou a pesquisa a livros e autores que abordam os efeitos psicológicos do racismo nas subjetividades como Fanon (2020), *Tornar-se negro* de Neusa Santos Souza (1983) e Kabengele Munanga por tratar do sentido e uso da negritude. A escrita como modo de libertação também propiciou associar o conceito de Mulherismo africana por manifestar uma abordagem materno-centrada, considerando a liderança social exercida pelas mães negras nas comunidades.

Contudo, Lélia Gonzalez dará uma nova aplicação deste conceito por meio da identidade amefricana (GONZALEZ, 1988, 2020), a concepção materna centrada ganha novas perspectivas, não estando necessariamente ligada à gestação físico-uterina, mas, sobretudo a todo um conjunto de valores e comportamentos de gerar potências e permanências comunitárias.

CONCLUSÃO

Como definiu Françoise Vergès em sua obra *Um feminismo decolonial*, nossa organização social é fruto de uma colonialidade que herdou a partilha do mundo que a Europa definiu no século XVI e que continuou reafirmando por meio da espada, da pena de escrever, da fé, da tortura, da ameaça, da lei, do texto, da pintura e, depois, por meio da fotografia e do cinema, uma colonialidade que institui uma política de vidas descartáveis, num contexto de invisibilidade. Stuart Haal (2003) nos dá a dimensão que dentro da cultura, as margens, embora continuem periféricas, estão num espaço produtivo. Resultado de políticas culturais da diferença, lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e traz o questionamento sobre quais estratégias culturais podem mudar as disposições do poder? Hall faz uma crítica aos espaços ganhos que são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de incorporação a ser pago — espetacularização do diferente, visibilidade segregada, regulada e traz a reflexão de Gramsci acerca da cultura como “guerra de manobra”, “guerras culturais de posição” — de um lado um certo tipo de descentramento da narrativa ocidental e do outro confronto com políticas culturais: a resistência agressiva à diferença; a tentativa de restaurar o cânone da civilização ocidental, o ataque ao multiculturalismo; o retorno às grandes narrativas da história, da língua e da literatura (pilares da identidade e cultura nacionais).

As produções literárias revelam memórias, vivências e traumas e tornam-se formas legítimas de inserção social. O papel dos eventos culturais e literários oriundos das periferias, das margens consiste em ao adentrar os circuitos de poder e capital, não permitir o controle sobre narrativas e representações. Diante da invisibilização, exclusão e subalternização dos negros, a publicação do livro coletivo possibilita espaços de enunciação e oportuniza a circulação de acervos. O estudo sobre a genealogia literária de Carolina, cumpre também o papel na disseminação da produção literária contemporânea constituída no livro *Carolinas*.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Aline Alves et al (Org.). *Memorialismo e resistência: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUTI. *Quem tem medo da palavra negro?* Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia e Suley Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996, v. 3.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DUARTE, Constância Lima et al. *Escrevivência: a escrita de nós-reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. São Paulo: Todavia, 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/Mec), 2005. p. 39-64.

GOMES, Nilma Lino. Entrevista publicada na Revista *Linguagem em foco do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada* da UECEV. 8, N. 2, ano 2016-Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura popular negra? In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende let all. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 335-353.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

hooks, bell. *Teoria feminista da margem ao centro*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2019.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. *Olhares negros raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo-diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação; episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LUDEMIR, Julio (Org.). *Carolinas: a nova geração de escritoras negras brasileiras*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: Flup, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe bom; LEVINE, Robert M. *Cinderela negra-a saga de Carolina Maria de Jesus*. Sacramento MG: Editora Bertolucci, 2015.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação. São Paulo: USP, 2013.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 21-32 e p. 279-293.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros. 6 ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte MG: Editora Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. São Paulo: Zahar, 2021.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se-Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Editora da Unicampi, 2013.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus. Uma escritora provável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos ces [Online]*, 18, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SILVA, Neto. *A escritora já trocou a favela pelo asfalto*". Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pa&pagfis=35109>.

SOUZA, Florentina. *Literatura afro-brasileira: algumas reflexões*. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i64.pdf>.

TORRES, Maldonado Nelson *et al* (Org.). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

WEEMS, Cleonora Hudson. *Mulherismo africana recuperando a nós mesmas*. São Paulo: Editora Ananse, 2020.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

